

ERA SIMPLES, ATÉ QUE...
Dilemas sustentáveis de uma organização social

IT WAS SIMPLE, UNTIL...
A social organization's sustainable dilemmas

Camile Bruns

Univali – SC

brancabruns@gmail.com

Emanuelle Beatriz Westphal Ardigó

Univali – SC

emaardigo@gmail.com

Gabriella Pinheiro Servi

Univali – SC

gabriellaserwi@edu.univali.br

Anete Alberton

Univali – SC

anete@univali.br

Sidnei Vieira Marinho

Univali – SC

sidnei@univali.br

Submissão: 29-07-2024

Aprovação: 23-09-2025

RESUMO

Juntos por um Planeta Melhor (JPM) é uma ONG brasileira, formada por voluntários, que atua na divulgação e conscientização da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantendo suas atividades com recursos de apoiadores financeiros. Durante a participação de Silvia, a diretora da JPM, num evento voltado à sustentabilidade, a ONG recebeu a proposta de um representante do setor termoeletrico carbonífero, sinalizando o desejo de apoiá-la financeiramente. Isso gerou um caloroso debate entre a equipe da JPM. A questão central do caso é se a ONG aceita ou não um apoiador financeiro proveniente de uma área cujos resultados de atuação, historicamente, produzem impacto negativo perante questões socioambientais. Embora tal fato seja contrário ao propósito da JPM, é preciso ressaltar que as empresas que se propõem a praticar uma transição justa estão atuando em consonância com os ODS e a Agenda 2030. Nesse sentido, o caso traz uma reflexão se isso poderia ser considerado um bom motivo para o aceite da proposta. É recomendada a utilização deste caso de ensino em cursos que abordam sustentabilidade e estratégia empresarial.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Transição Energética Justa; ODS.

ABSTRACT

Together for a Better Planet (JPM) is a Brazilian NGO, made up of volunteers, which works to promote and raise awareness of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), maintaining its activities with resources from financial supporters. During the participation of Silvia, the director of JPM, in an event focused on sustainability, the NGO received a proposal from a representative of the coal thermoelectric sector, signaling the desire to support it financially. This sparked a heated debate among the JPM team. The central question of the case is whether or not the NGO accepts a financial supporter from an area whose results of action, historically, produce a negative impact on socio-environmental issues. Although this fact is contrary to JPM's purpose, it is necessary to highlight that companies that propose to practice a just transition are acting in line with the SDGs and the 2030 Agenda. In this sense, the case raises a reflection on whether this could be considered a good reason for accepting the proposal. It is recommended to use this teaching case in courses that address sustainability and business strategy.

Palavras-chave: Sustainability; Just Energy Transition; SDGs.

1 INTRODUÇÃO

Era simples, até que surgiu uma proposta tentadora. Os membros da ONG Juntos por um Planeta Melhor (JPM) trabalham para auxiliar na implementação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Seu propósito, assim como outras organizações, é divulgar a agenda dos ODS e orientar pessoas e organizações a inserirem estes objetivos no dia a dia e nas suas estratégias.

Em uma quinta-feira ensolarada de 2023, a diretora da JPM, Silvia, participou de um Fórum sobre ODS, onde também estavam presentes empresas privadas e públicas de todo Brasil. Neste dia, ela palestrou sobre os ODS e comentou acerca do trabalho da ONG, instigando o interesse de algumas organizações em investirem na JPM. O representante da Diamante Geração de Energia (DGE), uma empresa termelétrica carbonífera, ao final da palestra, conversou com Silvia sobre as possibilidades de parceria e combinaram uma reunião em outro momento para discutir melhor o assunto.

De início, Silvia vibrou com a ideia. No entanto, passada a empolgação inicial, começou a se questionar: “Será que deveria levar essa situação para o Conselho da JPM? Não haveria conflito de interesses quanto a atuação da ONG com uma empresa termelétrica carbonífera? Será que a Diamante possui planos de uma transição justa a longo prazo que permita conectar os seus valores com os valores da JPM? Do entusiasmo à inquietação, Silvia se sente numa encruzilhada!

2 QUEM É A ONG JUNTOS POR UM PLANETA MELHOR?

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/70/L.1), os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, sem deixar ninguém para trás.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que visa fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem, de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Para conhecer mais sobre a Agenda acesse os links recomendados¹.

A ONG Juntos por um Planeta Melhor (JPM) foi fundada em 2016, logo após o surgimento da Agenda 2030, sendo integrada por colaboradores de todos os estados do Brasil. A organização trabalha em consonância com a Agenda 2030 e os ODS propostos pela ONU. Como outras organizações engajadas em disseminar a Agenda, tem como propósito auxiliar na divulgação e implementação dos ODS e orientar pessoas e organizações a inserirem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no seu dia a dia e nas suas estratégias.

Boa parte das pessoas que atuam na JPM são voluntários, exceto uma secretária e uma pessoa da área de comunicação. A ONG possui uma estrutura organizacional que conta com três instâncias responsáveis pelas tomadas de decisões: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Dentre as atividades que promove para o cumprimento do seu propósito, pode-se

destacar: *lives* que ficam disponíveis no seu canal do YouTube, palestras para o público empresarial em diferentes cidades onde é convidada a participar, eventos presenciais com a comunidade em geral, elaboração de cartilhas orientativas sobre os ODS, entre outras.

A JPM conta com o auxílio de empresas públicas e privadas para manter sua sustentabilidade financeira a longo prazo e conseguir cumprir sua missão. Para participar da ONG não é cobrada taxa, porém é aberta às empresas a possibilidade de se tornarem apoiadoras financeiras da ONG, atuando como parceiros estratégicos por meio de doação em dinheiro ou de produtos e serviços. Para os apoiadores são concedidas algumas contrapartidas, conforme as cotas de contribuição. Na cota A, os apoiadores fazem a doação anual de R\$5.000,00, na cota B, o valor é de R\$10.000,00 e na cota C, o valor é de R\$20.000,00. Ressalta-se que na cota mais alta há uma visibilidade maior da organização em todos os eventos realizados pela ONG, sejam presenciais ou online.

Para angariar novos apoiadores, a JPM divulga em suas redes sociais uma chamada ao final de cada ano. A organização encerrou o ano de 2022 com 10 empresas de diversos ramos apoiando a causa sustentável nas diferentes cotas disponíveis. Desta forma, em 2023, a diretora estava em busca de novos apoiadores e, ao participar como palestrante de um evento, a empresa Diamante Geração de Energia se mostrou interessada em ser uma apoiadora cota C.

3 O MOTOR DA JUNTOS POR UM PLANETA MELHOR

Ainda que com perfis distintos, os membros da diretoria da organização eram muito atuantes e engajados. Silvia sabia ser política em seus relacionamentos, tinha um perfil mais expansivo e extrovertido, tendia a ser mais ousada nas questões relacionadas ao futuro da organização. Já Rafael tinha um perfil mais introvertido, focado em dados para tomada de decisão. E Cláudio já agia muito mais pelo coração, com uma vertente política partidária muito forte e extremamente conectado com as tendências relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Silvia, 40 anos, a diretora do Conselho, possuía uma trajetória profissional voltada para questões sociais e ambientais. Após a graduação em Serviço Social, trabalhou por anos no setor privado. Em 2019, já atuando como consultora em sustentabilidade, ingressou como voluntária na JPM. Posteriormente, ela entrou no mestrado, o que expandiu sua visão e seu networking. Além de ter sido fundamental no desenvolvimento e implementação de novos projetos e parcerias, bem como novas fontes de recursos para a manutenção da JPM.

Rafael, 30 anos, era o vice-diretor da JPM e é o único do trio com formação na área administrativa. Sua carreira se desenvolveu em organizações privadas nas quais gerenciava, além de orçamentos e finanças, o desenvolvimento e implementação de projetos que promoviam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. A veia revolucionária de Rafael fez com que ele se juntasse à ONG. Assim como Silvia, ele era uma força motriz na luta por um mundo mais sustentável e justo.

Cláudio, 27 anos, o assessor de comunicação da ONG. Graduado em Jornalismo, desde o início seu foco era nas questões ambientais e sociais. Desde os tempos da universidade foi ativista de causas ambientais. Ele sempre atuava de forma autônoma prestando serviços a diversas empresas e organizações. No entanto, logo percebeu que sua verdadeira paixão era trabalhar integralmente com a temática da sustentabilidade. Ele acreditava que na ONG era onde seu conhecimento e habilidades tinham um impacto mais significativo na promoção da consciência social e ambiental.

4 O FÓRUM ODS

O Fórum ODS Para Todos acontece anualmente, e reúne especialistas com o objetivo de reforçar a importância da Agenda 2030 para o Brasil e para o planeta. Busca difundir a relevância da aplicação dos ODS no país, apresentando exemplos bem sucedidos da implantação deles nas empresas, organizações, poder público, universidades, escolas e no dia a dia das pessoas. Pela forte atuação, reputação e articulação da JPM nos últimos anos em torno da Agenda 2030, a organização foi uma das convidadas do evento para compartilhar sua experiência, bem como oportunidades e desafios enfrentados nessa caminhada.

Era uma quinta-feira linda e ensolarada de verão, quando Silvia esteve no evento e falou a todos os participantes sobre a atuação da ONG. Sua fala chamou atenção de diversos representantes de empresas que viram na JPM uma oportunidade de ter seu nome associado a uma causa interessante e a uma organização de grande credibilidade com atuação em todo território nacional. Não poderia ser diferente, sempre que ela estava nos palcos falando sobre a atuação da JPM seus olhos brilhavam e sua paixão pelo tema empolgava a todos.

Na hora do *coffee break*, em meio a tantos contatos que estavam acontecendo, pois o *networking* era importantíssimo e Silvia o fazia muito bem, uma das empresas que se interessou em apoiar a ONG foi a Diamante Geração de Energia. Silvia logo se empolgou com a ideia, ficou com o contato da empresa, comentou dos valores dos apoiadores financeiros, das contrapartidas e que muito em breve agendaria uma reunião para tratar melhor do assunto junto a seus parceiros da ONG. Pronto, ela já havia ganho o dia! Nada melhor do que sair de um evento com um possível apoiador para a JPM, visto que o valor de apoiadores financeiros orçado para o ano ainda não tinha sido atingido.

5 CONHECENDO A DIAMANTE GERAÇÃO DE ENERGIA

A Diamante Geração de Energia é a empresa responsável pelo Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC), composto pelas usinas Jorge Lacerda I e II, Jorge Lacerda III e Jorge Lacerda IV, sendo uma referência regional no setor energético. A empresa é uma das pioneiras no enfrentamento do tema da transição energética justa no estado de Santa Catarina, significando na prática que a organização visa reduzir e se adaptar às alterações climáticas. Além disso, busca alternativas para oferecer acesso a fontes de energia sustentável e à utilização racional dos recursos, sem renunciar à cadeia produtiva do carvão mineral, sobretudo na região sul de Santa Catarina².

A termelétrica iniciou suas atividades num período em que a demanda por energia elétrica no Brasil estava em ascensão. De olho na conjuntura, o governo federal passou a investir neste setor lançando uma série de iniciativas promovendo o desenvolvimento nesta área, inclusive na construção de usinas e na exploração de recursos naturais como o carvão.

Nas décadas subsequentes, a companhia continuou ampliando sua atuação construindo novas instalações, seguiu crescendo e se adaptando às mudanças. Um exemplo disto, tem sido a busca por desenvolver ações mais sustentáveis. Nesse sentido, a Diamante Geração de Energia iniciou o monitoramento de suas emissões e da qualidade do ar, bem como contribuir para a economia ao gerar empregos na região onde está localizada.

A empresa tem o compromisso de promover a ação social por meio da defesa dos direitos humanos fundamentais e do alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³. Sua prioridade é contribuir com projetos sociais que impactem positivamente a vida das pessoas, promovendo a transformação social e o compartilhamento do conhecimento. Isso inclui tomar medidas para reduzir as desigualdades, proteger o meio ambiente e garantir o

desenvolvimento social sustentável. Desenvolve vários projetos sociais⁴ a partir de recursos incentivados, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte e Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

A Diamante Geração de Energia instituiu o programa de Transição Energética Justa e está disposta a realizar os investimentos necessários para garantir a operação do Complexo Jorge Lacerda até 2040, mediante assinatura de contrato de energia de reserva. Para contribuir com sua atuação neste sentido, em 2023, a empresa viu oportuna a ideia de apoiar uma ONG que atua com os ODS, a JPM, e sinalizou interesse em ser apoiadora na cota C.

6 LEVANDO A PROPOSTA ADIANTE

Passado o evento, Silvia retornou para suas atividades e convocou uma reunião com os demais membros da ONG para falar sobre sua participação no Fórum e dar a ótima notícia sobre um possível apoiador financeiro para JPM.

Silvia entrou na sala de reuniões com um sorriso no rosto e saudou a equipe. Ela comentou sobre a participação da ONG ter sido um sucesso, que receberam muitos elogios, despertaram interesse no público e fizeram ótimos contatos. A empolgação da diretora logo deu lugar a um tom mais sério quando ela prosseguiu noticiando que uma empresa demonstrou interesse em se tornar apoiadora financeira. No entanto, ela salientou um detalhe importante: a organização é uma termelétrica carbonífera.

Claudio expressou sua preocupação imediatamente. Para ele, era inconcebível que a JPM aceitasse dinheiro de uma fonte tão poluidora. Rafael concordou com o assessor de comunicação e reforçou que eles estão lutando pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sendo assim, não devem considerar o financiamento de uma empresa que não se preocupa com o meio ambiente.

A diretora ouviu atentamente as preocupações de seus colegas e respondeu com calma. Silvia falou: Entendo suas preocupações, mas temos que ser realistas. Não conseguimos chegar ao total do nosso orçamento planejado para este ano. Precisamos de recursos para continuar nossas ações. E essa oferta pode nos ajudar a atingir nossos objetivos mais rapidamente.

O assessor de comunicação argumentou: Mas a que custo? Aceitar dinheiro de uma termelétrica significa comprometer nossos valores e a mensagem que estamos buscando transmitir.

Rafael complementou: Além disso, devemos ser exemplos para outras organizações e indivíduos. Se aceitarmos dinheiro de uma termelétrica, isso pode enviar uma mensagem errada e prejudicar nossa credibilidade.

Antes de responder, Silvia respirou fundo: Entendo o posicionamento de vocês. Também me inquietam alguns pontos. Mas, precisamos pesar os prós e contras dessa decisão. Ter parceria com uma termelétrica pode ser uma oportunidade para influenciar a empresa e outras a se tornarem mais sustentáveis e a investirem em fontes de energia renováveis. As termelétricas atualmente são necessárias, pois o país ainda não tem capacidade para gerar energias renováveis suficientes. Basta analisar os dados publicados no Relatório Luz de 2022. Penso que se a empresa possuir um projeto de transição justa, valeria a pena considerar a proposta.

Cético, Claudio continuou: Essa é uma possibilidade, mas não podemos garantir que isso acontecerá. E mesmo que aconteça, ainda assim, estaremos aceitando dinheiro de uma empresa poluidora.

Silvia respondeu com determinação: Se pensarmos no nosso propósito, queremos disseminar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável a toda sociedade. Seria um grande feito

trabalhar com esse tipo de empresa que atualmente tem grande impacto ambiental negativo, porém com oportunidades de uma atuação mais positiva.

Rafael ponderou: Acho que precisamos discutir mais sobre isso e avaliar outras opções de financiamento. Por mim, não deveríamos comprometer nossos valores, nem a mensagem que estamos procurando transmitir.

Então, Silvia fez uma proposta: Bom, proponho discutirmos mais sobre isso e avaliar as opções, deixando claro que nossos valores são inegociáveis, mas que não podemos ignorar completamente essa oferta. Precisamos ser estratégicos em nossas decisões. Vamos conversar mais e listar os prós e contras! Não temos nenhum regulamento sobre isso e até hoje nunca passamos por uma situação como esta. Teremos um encaminhamento dessa reunião: pesquisaremos sobre o setor termelétrico carbonífero, o processo de transição justa, a atuação das termelétricas no Brasil e se estão desenvolvendo algum projeto de transição energética justa, com um olhar especial para essa empresa que nos procurou. Após analisarmos os dados com mais criticidade, tomaremos a nossa decisão!

7 SETOR TERMOELÉTRICO CARBONÍFERO E TRANSIÇÕES SUSTENTÁVEIS... EIS A QUESTÃO!

Os participantes da reunião fizeram sua tarefa e compartilharam as informações por e-mail entre a equipe sobre a atuação do setor termelétrico carbonífero com foco na transição energética justa.

Segundo dados do Inventário de Emissões Atmosféricas em Usinas Termelétricas⁵ (2022), publicado pelo IEMA – Instituto de Energia e Meio Ambiente, foram encontradas as seguintes usinas termelétricas a carvão que atuam no território brasileiro (ano-base 2020): Usina Termelétrica do Pecém (CE) - Porto do Pecém I⁶ e Porto do Pecém II⁷, Candiota III (RS)⁸, Pampa Sul (RS)⁹, Porto do Itaqui (RS)¹⁰ e complexo termelétrico Jorge Lacerda, composto pelas usinas Jorge Lacerda I e II, Jorge Lacerda III e Jorge Lacerda IV (SC)¹¹. Com base em relatórios de sustentabilidade encontrados nos sites das organizações responsáveis pelo funcionamento dessas usinas, todas possuem projetos de transição energética.

No entanto, mesmo essas empresas desenvolvendo ações mais sustentáveis, com o intuito de reduzir seu impacto ambiental na sociedade, não se pode negar que a atuação de uma carbonífera ainda traz questões a serem discutidas. Utilizando o carvão como combustível, geralmente, elas produzem resíduos sólidos tóxicos, emitem gases altamente poluentes, além da poluição térmica provocada pelo aquecimento das caldeiras. Vale ressaltar que o carvão é o tipo de combustível fóssil que mais polui o meio ambiente, sendo uma fonte de energia não renovável que pode se esgotar no decorrer dos anos.

Segundo dados do CNN¹² Brasil (2022), no Brasil houve um aumento de 77% na geração de energia por meio de usinas termelétricas fósseis entre 2020 e 2021. O crescimento do uso deste recurso não colabora para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, sendo que, em 2021, 58 milhões de toneladas de CO₂ emitidas foram geradas a partir dessas fontes. A preocupação com as questões climáticas já é uma questão antiga de debate entre os países. A COP 21, conferência do clima das Nações Unidas (ONU), realizada em Paris (2015), foi um marco importante para este cenário. O principal objetivo do encontro foi a elaboração de um novo acordo entre os países para redução da emissão de gases de efeito estufa e diminuição da velocidade do aquecimento global, na qual a meta é manter o aumento da temperatura do planeta abaixo dos 2°C¹³.

O governo brasileiro tem realizado ações para melhorar essa questão que se torna tão importante para enfrentar os desafios da sustentabilidade. No ano de 2021, durante a COP 26,

o país anunciou o compromisso de reduzir, até 2030, 50% das emissões de gases de efeito estufa e, até 2050, neutralizar as emissões de carbono¹⁴. Neste mesmo evento, outra medida estabelecida na agenda para a sustentabilidade foi alcançar uma participação de 45 a 50% de energias renováveis na composição da matriz energética brasileira até 2030¹⁵.

Assim, em 2022, o governo brasileiro editou a Lei n. 14.299, na qual institui uma subvenção econômica às concessionárias do serviço público que distribuem energia elétrica e criou o Programa de Transição Energética Justa (TEJ). O Estado de Santa Catarina também desenvolveu legislações nesse sentido. A transição energética justa pode ser definida como um processo de mudança, e de fortalecimento, para uma economia de baixa emissão de carbono. Isso acontece por meio de uma distribuição igualitária entre os custos e benefícios da transição, assegurando a inclusão socioeconômica das regiões ligadas à cadeia produtiva impactadas pelo setor¹⁶.

Em Santa Catarina, a atividade carbonífera é essencial para a sociedade e seu bloqueio instantâneo pode provocar problemas socioeconômicos graves, como o desemprego e a crise financeira. Por isso, a TEJ é vista como uma política pública, já que enseja alinhar as metas de redução de emissão de carbono com os impactos para a sociedade.¹⁷ A Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM) também avalia que a transição energética não pode eliminar as fontes fósseis completamente e que o objetivo deve ser a descarbonização, por meio de tecnologias que contribuam com a redução das emissões de CO₂.¹⁸

Dados sobre energias renováveis também são apresentados no Relatório Luz¹⁹ (agosto de 2022), e retratam que as metas sobre o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) estão classificadas como estagnadas ou ameaçadas. Recomenda-se uma leitura mais aprofundada no relatório para entender alguns aspectos que também impactam o tema. Segundo a Agência Internacional de Energia – IEA, as fontes de energias renováveis devem quadruplicar nos próximos 8 anos para o mundo atingir a neutralidade de carbono até 2050.

A transformação econômica necessária para alcançar tal objetivo sustentável será desafiadora, porém, os custos e desmembramentos de uma transição não organizada seriam ainda maiores. Sendo assim, uma TEJ beneficiaria a sociedade a longo prazo, evitando riscos físicos, ao mesmo tempo, em que abriria a perspectiva de uma economia transformada com custos de energia menores. A exemplo de outras vantagens deste tipo de transição, a criação de oportunidades econômicas imediatas, melhoria na saúde da população e mais conservação dos recursos naturais fundamentais para o ser humano²⁰.

Para auxiliar no processo de transição energética justa, a JPM poderia contribuir com a empresa em ações de capacitação e parcerias, com o compromisso de desenvolver novas habilidades que permitam aos trabalhadores das usinas uma requalificação para poderem atuar no novo setor de renováveis. Isso contribuiria com menor impacto na economia local, qualidade de vida das famílias e realocação de postos de trabalhos. A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade. Neste sentido, a ONG poderia atuar ainda mais efetivamente com a Agenda 2030 e os ODS, colocando em prática o lema dessa agenda que é: Não deixar ninguém para trás!

8 REFLETINDO SOBRE O FUTURO

Ao refletir sobre o futuro, a ONG Juntos por um Planeta Melhor identificou a necessidade de recursos, mas ao descobrir que a Diamante Geração de Energia atua como uma termelétrica carbonífera, o brilho desta possibilidade de apoio foi ofuscado e alguns membros ficaram preocupados devido às atividades poluidoras da empresa. A JPM também percebeu que não dispunha de nenhum regulamento interno quanto aos requisitos necessários para uma

empresa ser apoiadora e que pudesse respaldar sua decisão sobre a situação pela qual estava passando naquele momento.

Enfim, chegou o dia da nova reunião em que todos da diretoria e funcionários já estudaram os materiais compartilhados anteriormente sobre o setor termoeletrico carbonífero. Neste encontro, seriam levantados os benefícios e os desafios elencados sobre a atuação da empresa Diamante Geração de Energia ser apoiadora da ONG. Estavam todos na reunião por videoconferência, apreensivos com o desfecho que se daria desse dilema.

E agora? A JPM deve aceitar o investimento para continuar promovendo suas causas? Essa decisão poderia comprometer seus valores? Seria a transição justa a opção mais viável que permita a ONG trabalhar com negócios de atuação e impactos socioambientais altamente negativos? E isso seria viável no sentido de mudanças a longo prazo, haja vista que a transição energética justa não se faz num curto espaço de tempo? Como a ONG deve proceder para direcionar suas ações futuras quanto a novos apoiadores?

NOTAS REFERENCIADAS

1.MOVIMENTO NACIONAL ODS SC | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://sc.movimentoods.org.br>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

IPEA. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/ods>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ESTRATÉGIA ODS. Disponível em: <<https://estrategiaods.org.br>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

2.DIAMANTE GERAÇÃO DE ENERGIA. Transição Energética. Diamante Energia. 2023. Disponível em: <https://diamanteenergia.com/transicao-energetica/> Acesso em: 23 abr. 2023.

3.DIAMANTE ENERGIA. 2023. Relatório de atividades socioambientais. Diamante Energia. Disponível em: <<https://diamanteenergia.com/wp-content/uploads/2023/01/relatorio-de-atividades-socioambientais-2020-2021.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

4.DIAMANTE ENERGIA. 2023. Responsabilidade Social. Diamante Energia. Disponível em: <<https://diamanteenergia.com/responsabilidade-social/>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

5.IEMA. INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS EM USINAS TERMELÉTRICAS. Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). 2022. Disponível em: https://energiaeambiente.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/IEMA_inventariotermeletricas_2022.pdf . Acesso em: 10 jul. 2023.

6.EDP. (n.d.). A Usina Pecém. EDP Pecém. Disponível em: <https://pecem.brasil.edp.com/pt-br/power-plant> . Acesso em: 14 de jul. 2023.

7.ENEVA. NossosNegócios Pecém II. Eneva. 2023. Disponível em: https://eneva.com.br/nossos_negocios/geracao-de-energia/pecem-ii/ . Acesso em: 14 jul. 2023.

8.ELETROBRÁS. (n.d.). CGT Eletrosul. CGT Eletrosul. Disponível em: <<https://www.cgteletrosul.com.br/nosso-negocio/geracao/candiota>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

- 9.ENGIE. Usina Termelétrica Pampa Sul. ENGIE Brasil. 2023. Disponível em: <<https://www.engie.com.br/usinas/usina-termeletrica-pampa-sul/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- 10.ENEVA. NossosNegócios Itaquí. Eneva. 2023. Disponível em: <<https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/itaqui/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- 11.DIAMANTE GERAÇÃO DE ENERGIA. Empresa Diamante Energia. Diamante Energia: Página Inicial. 2023. Disponível em: <<https://diamanteenergia.com/>>. Acesso em: 21 maio 2023.
- 12.CORSINI, I.; BRASIL, F. Produção de energia por termelétricas cresce 77% em 2021, aponta estudo. 2022. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/producao-de-energia-por-termeletricas-cresce-77-em-2021-aponta-estudo>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- 13.WWF; Meireles, T. Acordo de Paris completa cinco anos com lições aprendidas. WWF Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-licoes-aprendidas>>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- 14.CNN. Entenda os compromissos assumidos pelo Brasil na COP26 LIVE CNN. CNN Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-os-compromissos-assumidos-pelo-brasil-na-cop26/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- 15.GENIN, C.; FRASSON, C. M. R. O saldo da COP26: o que a Conferência do Clima significou para o Brasil e o mundo. WRI Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-saldo-da-cop26-o-que-conferencia-do-clima-significou-para-o-brasil-e-o-mundo>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- 16.BRASIL. Presidência da República. Lei 14.299, de 05 de janeiro de 2022. Altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 9.074, de 7 de julho de 1995, para instituir subvenção econômica às fornecedoras do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte ; cria o Programa de Transição Energética Justa (TEJ); e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.299-de-5-de-janeiro-de-2022-372226134>> Acesso em: 10 jul. 2023.
- 17.BRASIL. Presidência da República (2022). Lei n. 18.330, de 05 de janeiro de 2022: Institui a Política Estadual de Transição Energética Justa e o Polo de Transição Energética Justa do Sul do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Disponível em: <http://leis.alegsc.sc.gov.br/html/2022/18330_2022_lei.html>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- 18.PODER360; BARROS, R. Transição energética não é eliminar fóssil, diz Fernando Zancan. Poder360. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/transicao-energetica-nao-e-eliminar-fossil-diz-fernando-zancan/>> Acesso em: 10 jul. 2023.
- 19.Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. (n.d.). VI RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2023

20.MCKINSEY. (n.d.). The net-zero transition: Its cost and benefits | Sustainability. McKinsey. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/the-net-zero-transition-what-it-would-cost-what-it-could-bring>>. Acesso em: 18 de jun. 2023.

9 NOTAS DE ENSINO

9.1 FONTE DE DADOS

O nome, personagens e dados da JPM apresentados no caso são fictícios, porém a narrativa é baseada em diferentes vivências de uma profissional que atua na área da sustentabilidade e que desta forma, levaram ao desenvolvimento do dilema. Contudo, o foco do caso é no setor termoeletrico, em especial o carbonifero. Neste sentido, foi realizada uma análise das empresas atuantes no setor e, para melhor ilustrar o caso, utilizou-se uma organização que aparentou ser uma das que mais está estruturada no processo de transição energética justa. As informações apresentadas são relativas à empresa Diamante Geração de Energia, sendo usados apenas dados secundários públicos a partir do site da empresa e de relatórios públicos disponíveis, assim como os dados do setor termelétrico carbonifero no Brasil.

9.2 UTILIZAÇÃO RECOMENDADA

Este caso para ensino foi desenvolvido visando atender cursos de pós-graduação em disciplinas de sustentabilidade e estratégia empresarial, sendo adequado à área de administração. O caso propicia a associação entre teoria e prática em assuntos atuais e de relevante impacto social ao abordar temas como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Transições Sustentáveis.

Para utilização do caso é necessário a realização de uma pré-aula com um momento de ambientação sobre a Agenda 2030 e os ODS, bem como uma pesquisa sobre setor termelétrico carbonifero e a transição energética, a partir de documentos já recomendados no caso. No Apêndice 2 sugere-se duas questões que podem ser trabalhadas no momento da pré-aula.

9.3 PLANO DE ENSINO

O caso foi desenvolvido pressupondo a preparação individual prévia dos alunos, por meio da leitura do caso e das referências complementares nas notas de final de texto, bem como a pré-aula de ambientação sobre Agenda 2030 e ODS, setor carbonifero brasileiro e transição energética. Ao final destas notas de ensino são sugeridas referências que podem ser utilizadas na pré-aula e aplicação do caso, para auxiliar na discussão. Na tabela a seguir constam as atividades propostas, com descrição e tempo de realização sugeridos.

Tabela 1: Plano de ensino

Atividade/ Tempo	Sugestão para atividades a serem utilizadas na aplicação do caso
1º momento: Ambientação (20 min)	Apresentar e discutir inicialmente os pontos principais do caso, com o intuito de averiguar o entendimento dos alunos sobre a história e dilema. Ferramentas sugeridas: nuvem de palavras, quiz, vídeo auto explicativo.

2º momento: Discussão em pequenos grupos (90 minutos)	Dividir os alunos em pequenos grupos, utilizando a metodologia World Café de Juanita Brown e David Isaacs (2005). Neste método dinâmico, cada uma das perguntas do caso fica disposta numa mesa distinta do “Café”. Todos os grupos terão um relator escolhido pelos membros. O papel dele é permanecer na mesa e recepcionar os novos integrantes a cada rodada pré-estabelecida (sugestão: 15 minutos). Ao concluir uma rodada, o relator continua na mesa e os demais integrantes seguem para uma nova mesa a fim de compartilhar de outra pergunta. Finalizando as quatro rodadas (15 minutos cada), os relatores das mesas deverão apresentar as respostas de cada questão e as ideias que surgiram com a dinâmica proposta. Contudo, a metodologia World Café é uma sugestão e fica a critério do professor utilizá-la ou optar por outras metodologias ativas.
3º momento: Discussão no grande grupo (30 minutos)	Professor estimula a discussão com o grande grupo, pedindo que se posicionem em relação ao dilema apresentado. É importante identificar se alguém mudou de opinião após os dados levantados.
4º momento: Encerramento (20 minutos)	Resgatar os pontos principais do caso engajando os alunos por meio de uma discussão, levantando questões como: as lições aprendidas com o caso; o que a turma faria ou como se sentiria no papel da diretora da JPM; sobre a importância e as atualizações em relação à transição justa no Brasil.
TEMPO TOTAL DAS ATIVIDADES PROPOSTAS: 160 minutos (aproximadamente 2h40).	

Fonte: Elaborado pelos autores.

9.4 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Por meio deste caso, espera-se que o aluno desenvolva um entendimento sobre a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o conceito de Transição Justa. Em suma, os objetivos de aprendizagem do caso são:

- ambientar os alunos sobre a Agenda 2030 e os ODS conectados a uma empresa de energia termelétrica carbonífera;
- possibilitar melhor entendimento sobre o cenário da transição justa;
- analisar possíveis benefícios ou desvantagens de uma empresa com grande impacto socioambiental fazer parceria com uma ONG que atua com Agenda 2030 e ODS;
- desenvolver análise crítica a partir da literatura sobre transições sustentáveis;
- propor estratégias práticas de mudança para cenários semelhantes ao exposto.

9.5 QUESTÕES PARA DISCUSSÃO DO CASO

A seguir, apresenta-se um conjunto de questões que podem ser usadas para estimular a análise do caso. As perguntas a seguir fazem parte da dinâmica World Café sugerida no 2º momento do plano de ensino:

- Análise os conflitos enfrentados pela ONG ao considerar o recebimento de apoio financeiro de uma carbonífera. Justifique.
- Quais ações já foram implementadas pela Diamante Geração de Energia em consonância aos 17 ODS?
- Que medidas a ONG deve adotar para direcionar ações futuras que facilitem o processo de captação de apoiadores que agreguem valor ao propósito da ONG?

4. Por que a transição energética justa seria uma opção viável, que permita a ONG trabalhar com negócios de impacto socioambiental negativos, considerando que isso não ocorre rapidamente?

Em algumas das perguntas, transitions questions serão indicadas para facilitar a discussão. Contudo, fica a critério do professor moderador alterar as questões principais, a fim de melhorar a aderência ao enfoque de ensino dados.

10 ANÁLISE DAS QUESTÕES COM SUPORTE DA LITERATURA

1. Analise os conflitos enfrentados pela ONG ao considerar o recebimento de apoio financeiro de uma carbonífera. Justifique.

O caso apresenta conflito de interesses entre uma empresa cuja atuação é a mineração e queima de carvão e uma ONG que visa aumentar a conscientização da sustentabilidade. Nesse sentido, a JPM promove pautas para que as emissões de poluentes sejam reduzidas e as fontes de energia renováveis aumentem. A ONG aceitaria o apoio da empresa, desde que a organização efetivasse seu programa de transição energética justa. Para auxiliar o professor nesta discussão, podem ser utilizados os autores Köhler et al. (2019), Markard, Raven e Truffer (2012) e Marcon Nora, Ayala e Alberton (2022), que discutem acerca de transição justa, conforme indicado nas referências bibliográficas.

TQ1: Na hipótese de que a empresa termoeletrica carbonífera se torne apoiadora da JPM, que dissemina o desenvolvimento sustentável, identifique os benefícios e pontos críticos desta relação, considerando a Agenda 2030 e os ODS.

Com base no caso, a relação carbonífera e ONG se beneficiaria do pioneirismo da empresa na implementação da transição energética justa. Além disso, a DGE já se encontra em processo de mudança, buscando fontes alternativas de energia sustentável, demonstrando preocupação com a sustentabilidade e alinhamento aos ODS. A JPM conseguirá agregar valor ao negócio, contribuindo para que o processo de TEJ aconteça de forma mais engajada com os diversos atores da sociedade. Em contrapartida, os pontos tensos desta relação residem na hipótese de a empresa não aplicar as orientações da ONG quanto ao processo de transição justa, o que poderá manchar a reputação mútua. Nesse sentido, a sociedade poderá ver a ONG como oportunista, como se a mesma estivesse apenas preocupada em receber recursos. Finalmente, a utilização do texto de Hägele, Iacobuță e Tops (2022) pode facilitar a discussão e auxiliar o professor na condução do debate.

2. Quais ações já foram implementadas pela Diamante Geração de Energia em consonância aos 17 ODS?

Adotada em setembro de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma iniciativa global de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Esta resolução é um amplo acordo intergovernamental liderado pela ONU, no qual governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa se comprometem a alcançar 17 ODS globalmente (TRINDADE et al., 2019).

Na Tabela 2 está o levantamento (2023) de algumas ações e investimentos da Diamante Geração de Energia alinhados aos ODS definidos pela ONU. Cada ODS é seguido por uma breve descrição, facilitando o entendimento.

Tabela 2: Síntese do alinhamento dos investimentos da Diamante Geração de Energia com os ODS

	ODS	Investimentos da empresa com os ODS
	Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades	Programa de saúde e bem estar dos colaboradores; Doações Covid-19.
	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento	Projeto de captação de água da chuva no Centro de Cultura e Sustentabilidade instalado no Parque Ambiental Encantos do Sul (SC).
	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	Programa de Transição Energética Justa; Usina solar fotovoltaica no Centro de Cultura e Sustentabilidade instalado no Parque Ambiental Encantos do Sul (SC).
	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Centro de Cultura e Sustentabilidade instalado no Parque Ambiental Encantos do Sul (SC).
	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	Uso de copos ecológicos; utilização de papel reciclado; blocos de concreto feito com reciclo das cinzas de carvão para construção do Centro Cultural; destinação correta de resíduos; compostagem; Projeto Encantos do Meio Ambiente que atua com proteção ambiental e consumo consciente.
	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade	Projeto Eu Cuido de uma Planta no Parque; Ações educativas de preservação da biodiversidade; Horto Florestal.
	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	Parceria com diversas entidades sociais para repasse de recursos incentivados e também para manutenção do Parque Ambiental Encantos do Sul.

Fonte: Elaborada pelos autores com base no Relatório de Sustentabilidade da empresa.²¹

3. Que medidas a ONG deve adotar para direcionar ações futuras para facilitar o processo de captação de apoiadores que agreguem valor ao propósito da ONG?

Para que a ONG saiba como proceder em situações futuras, deve ter um direcionamento estratégico claro quanto ao seu propósito, explorando iniciativas prioritárias que gerem valor para a empresa, seus interesses e as demais partes interessadas. Para isso, elaborar um código de conduta se torna crucial para comunicar seus princípios, promovendo sua imagem e reputação interna e externa, com o intuito de elevar o nível de confiança (IBGC, 2015). Além disso, deve criar uma política sobre contribuições e doações que permitam que os administradores e funcionários da ONG compreendam de forma clara e objetiva suas diretrizes. A política deve ser clara e conter aspectos como: a promoção e o financiamento de projetos devem apresentar relação com os objetivos do negócio ou contribuir de forma facilmente identificável para o seu valor; estabelecer condições e limites para fazer as doações; e anualmente divulgar de forma transparente os dados dessas doações a todos os envolvidos (IBGC, 2015).

4. Por que a transição energética justa seria uma opção viável que permitiria à ONG trabalhar com negócios de impacto socioambiental negativos, considerando que isso não ocorre rapidamente?

O bloqueio instantâneo da produção e consumo baseados no setor de carvão pode provocar problemas socioeconômicos graves, impactando no cotidiano, na cultura, no trabalho e na renda de milhares de habitantes de forma direta ou indireta. A mudança climática é uma ameaça e precisa ser enfrentada, mas, por outro lado, a eficiência energética é fundamental para o funcionamento de diversas áreas de produção (MARCON NORA et al., 2022). Desta forma, a transição energética justa é uma questão de política pública e sua implementação é importante.

Segundo Marcon Nora et al. (2022), a transição energética envolve um conjunto de interesses de diversos atores que precisam ser analisados nesse processo. Para os autores, uma política de transição justa visa garantir que ocorra o compartilhamento amplo dos benefícios que uma transição para a economia mais sustentável pode trazer, mas, ao mesmo tempo, apoiar os envolvidos que podem perder economicamente com esta mudança.

Neste sentido, os estudos sobre transições de sustentabilidade têm reconhecido cada vez mais que a sociedade civil e os movimentos sociais são importantes para a mudança dos sistemas de energia, pois estes afetam as transições industriais ao construir apoio para políticas de transição. Além disso, os movimentos sociais podem chamar a atenção para a necessidade de mudança cultural (KOHLENER et al., 2019).

A governança das transições de sustentabilidade é reconhecida por ter uma natureza multiatores - ciência, política, sociedade civil e empresas (KOHLENER et al., 2019), para facilitar as transições e desenvolver relacionamentos cooperativos em vez de competitivos entre eles (GEELS, 2004). Portanto, a transição justa pode ser uma opção viável que permita a ONG trabalhar com esta organização, contribuindo na disseminação dos benefícios de uma transição justa para a sociedade e seus múltiplos atores, com menos desigualdade, mais proteção ao meio ambiente e tudo isso alinhado aos ODS.

Além disso, segundo Hart e Milstein (2004, p. 69), “o desenvolvimento sustentável desafia as empresas a funcionarem de uma maneira transparente, responsável, tendo em vista a existência de uma bem informada e ativa base de stakeholders”, como é o caso das organizações não governamentais (ONG). Neste sentido, a ONG deve analisar as ações das organizações desses setores com o intuito de averiguar se estão trabalhando com a transição justa. Mesmo

sendo uma mudança de longo prazo, isso mostra que as organizações possuem preocupação com a sustentabilidade e seus impactos, como é o caso da empresa Diamante Geração de Energia.

TQ2. Apontar os benefícios da transição sustentável e analisar como a ONG consegue auxiliar a Diamante Geração de Energia neste sentido.

Abordagens de “transição justa” e um sistema de energia justo são componentes importantes na interseção da mitigação climática e das transformações socioeconômicas, conforme destacado por vários estudiosos (BOUZAROVSKI; HAARSTAD, 2019; MARTISKAINEN et al., 2020; DALL-ORSOLETTA et al., 2022). As transições sustentáveis oferecem uma infinidade de benefícios econômicos, sociais e ambientais, como reduzir as emissões de gases de efeito estufa, melhorar a qualidade do ar e da água, aumentar a segurança energética, a biodiversidade e oferecer novas oportunidades econômicas. Embora possa ser difícil medir e avaliar esses benefícios, várias ferramentas e métodos, como análise de custo-benefício, avaliação do ciclo de vida e análise multicritério, podem ajudar na avaliação dos impactos das transições sustentáveis (MARKARD et al., 2012).

Segundo Tristão e Tristão (2016), as ONGS ambientais apresentam-se como atores essenciais no cenário de educação ambiental por sua experiência e perfil. Elas possuem importância em ações nesse contexto, impulsionam iniciativas governamentais e dão apoio às organizações privadas interessadas em projetos na área.

Neste sentido, ao analisar as metas de cada ODS, existem muitos direcionamentos que podem ser dados para contribuir com essa pauta da transição. A JPM poderia contribuir com a empresa em ações de capacitação e parcerias, com o compromisso de desenvolver novas habilidades que permitam aos trabalhadores das usinas uma requalificação para poderem atuar no novo setor de renováveis, além de utilizar da sua rede de networking em todo país, tanto com setor privado quanto público. Isso contribuiria com menor impacto na economia local, qualidade de vida das famílias e realocação de postos de trabalhos. A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade.

REFERÊNCIAS

BROWN, J.; ISAACS, D. *The World Café: Shaping Our Futures Through Conversations That Matter*. Berrett-Koehler Publishers. 2005.

COMPLEXO TERMELÉTRICO JORGE LACERDA. *Relatório de atividades socioambientais 2020/2021*. 2022. Disponível em: <[https://diamanteenergia.com/wp-content/uploads/2023/01/relatorio-de-atividades socioambientais-2020-2021.pdf](https://diamanteenergia.com/wp-content/uploads/2023/01/relatorio-de-atividades-socioambientais-2020-2021.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GEELS, F. W. *From sectoral systems of innovation to socio-technical systems*. Research Policy,

v. 33, n. 6-7, p. 897-920. 2004. <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2004.01.015>.

HÄGELE, R.; IACOBUTA, G. I.; TOPS, J. *Addressing climate goals and the SDGs through a just energy transition? Empirical evidence from Germany and South Africa*. Journal of Integrative Environmental Sciences, v. 19, n. 1, p. 85-120. 2022.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. *Criando valor sustentável*. GV-executivo, v. 3, n. 2, p. 65-79. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC. 2015.

KÖHLER, J. et al. *An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions*. Environmental innovation and societal transitions, v. 31, p. 1-32. 2019.

MARCON NORA, G. A., AYALA, D. H. F., ALBERTON, A. *Shifting to a just energy transition: The case of the regional coal energy system in the state of Santa Catarina – Brazil*. XXVI Engema, 2022 - São Paulo - Anais. 2022.

MARCON NORA, G. A.; ALBERTON, A.; AYALA, D. H. F. *Stakeholder theory and actor-network theory: The stakeholder engagement in energy transitions*. Business Strategy and the Environment, v. 32, n. 1, p. 673-685. 2023.

MARKARD, J.; RAVEN, R.; TRUFFER, B. *Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects*. Research policy, v. 41, n. 6, p. 955-967. 2012.

TRINDADE, N. R. et al. *Educando para o desenvolvimento sustentável por meio da interdisciplinaridade: contribuições da aprendizagem experiencial no ensino de gestão*. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 20, n. 3, p. 673-713. 2019. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n3.1463>

TRISTÃO, V. T. V.; TRISTÃO, J. A. *A contribuição das ONGS para a Educação Ambiental: Uma avaliação da percepção dos Stakeholders*. Ambiente & Sociedade, v. 19, p. 47-66. 2016.

Beneficiário de auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através do Programa de Suporte à Pós Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC), de acordo com a Portaria CAPES nº. 149/2017 e, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

APÊNDICE 1

QUESTÕES PARA ANÁLISE DA PRÉ-AULA

Questão 1: Analisar os sites recomendados no caso (ONU, Movimento ODS, IPEA, Pacto Global, Estratégia ODS) e o Relatório Luz sobre os ODS e destacar os principais pontos.

Orienta-se que ao realizar a análise dos documentos e relatórios, os alunos foquem em entender o que é a Agenda 2030, as metas estabelecidas e seus indicadores, além de orientações de como aplicar os ODS nos negócios e organizações. O Relatório Luz também apresenta um diagnóstico de como estão as metas brasileiras e os desafios e oportunidades.

Questão 2: Analisar os dados sobre o setor de energia termelétrica carbonífera no contexto brasileiro e o processo de transição para sustentabilidade.

Os alunos podem desenvolver a análise a partir dos dados indicados no caso e aprofundar as respostas acessando as fontes indicadas nas notas de final do texto, que apresentam a realidade do setor termoelétrico carbonífero no Brasil e as empresas que já estão apresentando planos de transição sustentável. A utilização do texto de Marcon Nora et al. (2022) também pode ajudar o professor a facilitar esta discussão, pois apresenta o cenário da transição energética justa no estado de Santa Catarina. Conforme indica Hägele, Iacobuÿy e Tops (2022), a transição energética é essencial para os países que preveem a redução ou eliminação gradativa do carvão, mas deve seguir um procedimento justo que assegura a inclusão e ofereça reconhecimento para todos os grupos afetados com a mudança. Assim, os conceitos de justiça energética e transição justa, podem auxiliar na garantia de uma divisão justa de custos e benefícios, identificando os atores ignorados e desenvolvendo novas políticas para esta situação. Além disso, auxilia no apoio dos ODS e nas metas climáticas. Ainda segundo os autores, “a transição energética justa faz parte do desenvolvimento econômico de baixo carbono necessário para implementar os compromissos internacionais da COP 21 e da Agenda 2030” (HÄGELE; IACOBUIYY; TOPS, 2022, p. 110).